

VIDAS NÃO HUMANAS QUE HABITAM O CAMPUS. O SURGIMENTO, CRESCIMENTO E DESTRUIÇÃO DE SEU AMBIENTE

Liorno Werneck¹

Daniel Cosendey²

Dalva Moraes Pinheiro³

Caetano C. Paiva⁴

Educação Ambiental

RESUMO

Construído no séc. XX, o campus UFF/Gragoatá teve, em sua fase inicial, um crescimento da vegetação e população de aves. Nos primeiros anos da área aterrada essa vegetação e animais cresceram sem muitas dificuldades. Com o início da construção dos prédios da UFF começam os problemas para as criaturas nativas. Com o passar do tempo a área ocupada pelos prédios e estacionamentos cresceu sobre o espaço antes ocupado por área verde seminatural. O aumento das áreas edificadas e da presença humana passa a afetar a população de aves. Segundo o atual plano diretor da universidade outros prédios serão construídos no campus ocasionando mais perda de cobertura vegetal. Tendo em vista essa perda de área é importante a criação e manutenção de um bosque-refúgio no campus para a proteção dos animais que durante décadas viveram ali. O bosque, além de permitir a vida dos animais nativos ou migratórios, também possibilitaria a realização de ações educativas. Usando como ferramenta fotos do campus em diversas fases foi feita uma avaliação comparativa, demonstrando a perda de cobertura vegetal. Esta levou a diminuição de vida vegetal e animal. Além das dificuldades para os animais nativos, essa perda vegetal, reflete-se também na vida humana, visto que as mudanças ambientais ocasionam outros problemas, como perda de conforto ambiental, aumento de vetores de doenças e diminuição do contato humano com áreas verdes.

Palavras-chave: Bosque-refúgio; Avifauna; Proteção Ambiental; Área Verde, Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

A maioria dos frequentadores do campus da UFF/Gragoatá, em Niterói-RJ, não conhece a origem daquele trecho da cidade. Construído sobre uma área aterrada, o campus do Gragoatá foi uma novidade na geografia local. A área, aterrada entre os anos de 1971 e 1974, recebeu o nome de aterro da Praia Grande. Era parte do projeto de um aterro que ia da Ponta da Armação até o forte do Gragoatá. Nessa área aterrada era prevista, entre outras coisas, a implantação de um bosque com 15000 mudas de espécies vegetais. No ano de 1977

¹Gestor Ambiental da Universidade Federal Fluminense, Campus Gragoatá, Instituto de Psicologia, vidanocampus.uff@gmail.com.

² Estudante de graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Instituto de Psicologia, danielcg@id.uff.br.

³Profa. de Psicologia (aposentada) da Universidade Federal Fluminense, Campus Gragoatá, Instituto de Psicologia, dalvampinheiro@gmail.com.

⁴ Estudante de graduação em Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Campus Gragoatá, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, caetanocp@id.uff.br.

uma parte do aterrado sul foi desapropriada pelo governo para a construção do campus universitário. Em 16/08/90 o campus Gragoatá foi inaugurado em sua primeira etapa.

Entre a criação do aterro até a inauguração do campus, uma sucessão de vidas surgiu no solo local. Inicialmente uma vegetação rústica colonizou o território. Com o surgimento da vegetação pequenos animais passaram a viver nessa área, iniciando um ambiente com características ecossistêmicas quase naturais. Durante mais de uma década seres vivos cresceram e se multiplicaram no território que se tornaria a área verde do campus. Diferentes espécies de aves e outros animais passaram a habitar no local. Até o começo das obras dos primeiros prédios, os seres que habitavam o campus viviam sem grandes incômodos. Com a inauguração dos prédios da UFF passaram a sofrer dificuldades devido à presença humana. Com os prédios vieram áreas impermeabilizadas para estacionamentos, vias para a circulação de pessoas e veículos, aumento do ruído, da poluição e de animais perigosos não nativos. Após o aumento da área construída na UFF, devido ao REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), os problemas ambientais foram crescendo, junto com o aumento de presença humana. Áreas que antes eram verdes começaram a ser destruídas para a construção de novos prédios, vias e estacionamentos. A perda da cobertura vegetal ocasionou a diminuição da população animal silvestre. Aves que antes eram vistas com facilidade passam a ser raras. A cobertura vegetal quando é perdida, além de prejudicial para a fauna nativa, repercute negativamente nos seres humanos, visto que sua presença se reflete na saúde ambiental e na saúde humana (DIAS, 2010). E, tendo em vista que a Constituição Federal de 1988 expressa em seu art. 225, parágrafo 1º, que cabe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies e submetam os animais a crueldade (BRASIL, 1998), torna-se necessário maior atenção ao problema e uma possível revisão na forma não-sustentável com que o solo do campus está sendo utilizado. São objetivos desse trabalho, apresentar a origem do território do campus, mostrar o desenvolvimento da ocupação do seu solo, indicar os problemas ambientais relacionados a isso, mostrar essas questões a comunidade universitária abrindo o debate público, apresentar proposta de solução para um desses problemas.

METODOLOGIA

A metodologia para o desenvolvimento desse projeto baseou-se na análise comparativa dos mapas que mostram a cobertura vegetal do campus em diversas fases. Foi feita análise e avaliação da perda de área verde (ecossistêmica ou não) do campus em quatro estágios: aterro pré-campus, campus 1ª fase (pré-Reuni), campus pós-Reuni e um quarto momento onde o campus se encontrará quase totalmente ocupado. Com o uso de fotos e do plano diretor para futuras construções no campus, foram feitas observações e discussões sobre a ocupação do solo local e sobre a diminuição dos animais nativos e/ou migratórios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A área do Campus Gragoatá sofreu modificações no que tange a ocupação do solo ao longo do período pré-campus até o período pós-REUNI. Essas modificações deram origem, primeiro, a uma área descampada (fig. 1), onde após um tempo ocorreu um crescimento da presença de espécies vegetais e animais no território. Especialmente a presença da avifauna de vegetação litorânea garantiu certo controle sobre a população de insetos, notadamente de mosquitos. Nos primeiros anos de funcionamento do campus (fig. 2) as possibilidades de nidificação e reprodução dessa avifauna foram mantidas devido a manutenção do habitat das espécies que se aclimataram perfeitamente ao local.



Fig. 1- Aterro do Gragoatá, 1977



Fig. 2- Campus do Gragoatá, 2005



Fig. 3- Campus do Gragoatá, 2014



Fig. 4- Campus do Gragoatá, previsão de ocupação (SAEN).

O aumento no número de edificações multipavimentos no campus, junto com a presença humana cada vez maior, gerou uma pressão sobre o uso de áreas com cobertura vegetal visando ampliação de vias pavimentadas e estacionamentos. Esse aumento culmina no atual período (fig. 3), em que as construções oriundas do REUNI estão sendo finalizadas. Já é possível observar a tendência de redução na população de aves e outros animais silvestres no campus, sendo esse fenômeno relacionado com a perda do habitat. As aves que permanecem encontram-se em trechos marginais e não aproveitados para edificações, onde se encontra alguma vegetação apropriada a manutenção da vida.

Outro problema que agrava a dificuldade de sobrevivência dessas aves silvestres no campus é a presença de animais não silvestres, como os pombos, cuja população compete com as de outras aves, tanto pelo território quanto pelos alimentos e, em geral, levam vantagem. Outros animais, como cães e ratos, também disputam com as aves pelos recursos desse território, aumentando ainda mais as dificuldades para a fauna nativa.

Com o aumento da área ocupada por humanos, cresceu também o acúmulo de lixo decorrente da atividade humana, gerando mais um problema: o descarte incorreto dos resíduos sólidos na área do campus. Somados todos esses problemas nota-se a dificuldade para a avifauna nativa nidificar e se alimentar nesse local.

Além de maléfica para a vida silvestre, a impermeabilização do território causa complicações para os freqüentadores do campus. Diversos estudos comprovam os benefícios de áreas verdes para a saúde humana (MENDES, 2014). Atuando de modo não-verbal, o meio físico tem impacto direto e simbólico sobre seus ocupantes (ELALI, 2002). As áreas verdes auxiliam no conforto ambiental, na proteção contra a poluição, contra o inclemente sol de verão, permitem a imersão, mesmo que momentânea, em um ambiente de calma e quietude. Além disso, podem ser utilizadas para atividades educativas, integrativas e recreativas.

Tendo em vista essa grande perda de área verde na área do campus, vê-se a importância da preservação de uma área ecossistêmica, que permita a continuidade da vida silvestre (especialmente a avifauna) habitante anterior à existência do campus. Desde a criação do aterro da Praia Grande já se idealizava a construção de um bosque com 15.000 espécies. Mesmo na UFF esse é um tema antigo. Já no ano de 2004 era apresentado um trabalho, na Semana de Extensão, em que se defendia a criação de um bosque, próximo ao Colégio Universitário, para o estímulo a educação ambiental, o chamado bosque da paz. Seguindo essa linha de aproveitamento educativo-ecológico do solo, o programa Vida no Campus apresentou, na Semext 2014, uma proposta de criação de um bosque-refúgio de vida

silvestre no campus, em área próxima a Unidade de Educação Infantil e as estufas da Faculdade de Farmácia da UFF, tendo em vista o local ser próximo ao Morro do Gragoatá.

Segundo o planejamento da universidade, novos prédios ainda serão construídos (fig. 4), diminuindo ainda mais o que já se mostra pequeno. Esse projeto de ocupação do solo, se mantido, poderá transformar o que era uma grande área habitada quase exclusivamente por pássaros e outros animais em uma grande área verticalizada, coberta também por estacionamentos e vias para veículos automotores.

CONCLUSÕES

O projeto original do aterro do Gragoatá previa a implantação de um bosque com 15000 mudas. Após a passagem do território para a UFF foi apresentado, no ano de 2004, um trabalho na Semana de Extensão que visava a implementação de um bosque para educação ambiental (bosque da paz).

Tendo em vista modelo de ocupação do solo sem visão crítico-ecológica, a tendência é o desaparecimento do habitat de diversas espécies animais. Aprendemos com a Educação Ambiental que devemos por fim aos danos a vegetação e a perda de espécies em quaisquer ambientes. Mas se o ambiente é parte de um campus universitário? O que fazer?

Compensando à perda de área verde para a construção de novos prédios na UFF é necessária a criação e manutenção de uma área de proteção e refúgio para espécies nativas no campus. Um bosque com um corredor ecológico, ligando o campus ao morro do Gragoatá, permitindo assim a interação entre as espécies de ambos os lugares.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental – princípios e práticas**. São Paulo, Gaia, 2010, 9ª.ed.
- ELALI, Gleice. **Ambientes para educação infantil: um quebra-cabeça?** Contribuição metodológica na avaliação pós-ocupação de edificações e elaboração de diretrizes para projetos arquitetônicos na área. São Paulo: USP-FAU, 2002 (Tese de Doutorado).
- MENDES, Paulo Cezar; LONDE, Patricia Ribeiro et al. **A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana**. Hygeia, Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, 2014.
- WERNECK, Liorno; PINHEIRO, Dalva et al. **Bosque Refúgio de Vida Silvestre no Campus**. Uma Base Real para Práticas de Educação Ambiental. Niterói: UFF/Semext, 2014.